



ORIENTAÇÕES PARA AS ELEIÇÕES 2024 NA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE

A Igreja Católica Apostólica Romana, consciente de sua responsabilidade, busca contribuir com todos na tarefa de bem exercer a cidadania, especialmente no período eleitoral, à luz do Evangelho de Jesus Cristo, expresso na Doutrina Social da Igreja. Não faz parte da ação pastoral da Igreja se sobrepor às consciências, indicando em quem votar, mas nos comprometemos em auxiliar, com subsídios, o necessário discernimento neste contexto eleitoral.

O ano eleitoral apresenta desafios para todos: assumir o compromisso de qualificar a política à luz da fé. Para isso, cada pessoa deve contribuir, também com o voto, para que sejam efetivadas as políticas públicas em cada município. Isto significa escolher representantes do povo que percebam a política como um nobre caminho para o exercício da caridade.

O Evangelho, fonte da Doutrina Social da Igreja, é o nosso princípio e referência para refletirmos sobre a boa política e os bons políticos. Assim, em profunda comunhão com a Igreja no Brasil, incentivamos e contribuimos para a participação de todos neste importante processo eleitoral.

O momento atual requer que mantenhamos, nestas eleições, as marcas distintivas do cristão: o amor, a fé e a esperança. Não nos podemos eximir de um efetivo exercício da caridade, da justiça, pela paz, como combate efetivo contra a corrupção e a violência.

A Arquidiocese de Belo Horizonte, por meio do Vicariato Episcopal para Ação Social, Política e Ambiental (VEASPAM) e do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (NESP/PUC Minas), está compartilhando subsídios para formação cidadã com o objetivo de ajudar os cristãos na reflexão sobre a escolha de candidatos capazes de representar bem nossas cidades e, com competência, fazer uma gestão inclusiva no horizonte humanístico do desenvolvimento integral, uma cidade para todos.

Além de vídeos e uso de outros subsídios, dedicados à formação cidadã, incentivamos a realização de reuniões e debates com candidatos à Vereança e ao Executivo com o objetivo de conhecer os projetos políticos dos partidos e seus candidatos.

É importante destacar que a participação política vai muito além do voto no dia da eleição. É fundamental, porém, que até mesmo esse ato de escolher um candidato seja orientado pelos valores inspirados pela Palavra de Deus. Como ensina o Evangelho



de Jesus Cristo: “Uma árvore é conhecida por seu próprio fruto” (Lc 6,44). Tal ensinamento nos dá base para elaborar alguns critérios indispensáveis a partir dos quais podemos escolher um candidato: não segue a Palavra de Deus aquele que, em sua trajetória pessoal, não se mostra comprometido com a busca da justiça e do bem comum, da proteção dos pobres e excluídos, da defesa e promoção de uma ecologia integral. Todas essas causas encontram seu fundamento e razão no reconhecimento do valor e dignidade da vida humana, que deve ser respeitada e defendida em todas as suas etapas, desde a concepção até a morte natural.

Nestas eleições municipais ganham particular relevância as propostas e projetos com força para sanar o enorme déficit habitacional que deixa, em nossas cidades, milhares de cidadãos sem direito a um teto. Precisamos estar atentos à acolhida e à inclusão das pessoas que, em crescente número, passam a morar nas ruas de nossas cidades. Também necessitamos, urgentemente, de políticas públicas que melhorem as condições de vida em aglomerados, vilas e nas comunidades rurais e mais pobres.

Tenhamos presente que os prefeitos e vereadores eleitos têm o dever de contribuir com ações melhores e mais eficazes no campo da saúde, da educação, da segurança, do transporte e do direito à alimentação. Darão bons frutos os políticos que priorizarem o bem comum e a vida dos cidadãos. Ao contrário, geram a morte aqueles que fazem da violência e da extinção de políticas públicas seu modo de governar.

Não pode produzir bons resultados o político que faz campanha eleitoral defendendo o recurso às armas, o uso da violência, que não se compromete com os excluídos e que, diante da morte de pessoas e das graves feridas do meio ambiente, se mostra indiferente. Não deve merecer o voto de cidadãos e cidadãs aqueles candidatos que só fazem compromissos “genéricos”, sem dizer o que farão concretamente e se o que farão é de fato atribuição sua. Tampouco merece o voto dos cidadãos aqueles que mostram ou já mostraram prática, envolvimento ou conivência com a corrupção, que, além de escândalo, é verdadeira perversão da política.

É fundamental conhecer a fundo as ideias que um candidato ou candidata defendem e as políticas públicas que eles se propõem a apoiar e implantar. Candidato sem proposta de políticas públicas é candidato sem proposta alguma. É igualmente necessário saber se as ideias e propostas apresentadas durante a campanha são coerentes com suas trajetórias de vida.

É muito importante que as pastorais e os movimentos organizados na Igreja estimulem e favoreçam a participação, de modo a facilitar a divulgação de candidatos que atendam aos princípios aqui descritos. Também devem atuar na fiscalização,



denunciando à Justiça Eleitoral eventuais abusos cometidos por candidatos(as) ou partidos. Dentro dos limites expostos, deve ser dada aos cristãos leigos e leigas, candidatos em nossas comunidades e paróquias, a oportunidade de organizar e congregar grupos.

Cristãos leigos e leigas de nossas comunidades que se candidatarem poderão permanecer em suas funções ministeriais e pastorais, mas não devem fazer propaganda eleitoral durante o serviço à Igreja. Nas funções litúrgicas, não podem utilizar vestes ou outros objetos de divulgação política e partidária. Importante ressaltar: os cristãos candidatos não devem ser impedidos de continuar a sua participação e os seus serviços nas comunidades. Proibir seria postura contrária ao incentivo que a Igreja oferece para que todos participem da política.

Cristãos leigos e leigas, candidatos de nossas comunidades e paróquias, podem e devem organizar grupos para se apresentar aos eleitores, partilhando seus compromissos e projetos políticos. Trata-se de oportunidade para a partilha, debates e reflexões que contribuem para os processos de escolha.

A respeito de Ministros Ordenados da Igreja, e pelos balizamentos Canônicos que não nos permitem envolvimento partidário, está terminantemente proibido o uso de fotos, textos e imagens do Arcebispo Metropolitano, dos Bispos Auxiliares, Vigários Episcopais, Padres e Diáconos - Permanentes e Transitórios - em material de propaganda eleitoral.

Também não é permitida a propaganda eleitoral, com publicidade partidária ou de candidatos nos eventos e meios de comunicação da Arquidiocese, nas celebrações litúrgicas e nos locais de culto das paróquias católicas.

Celebrações Eucarísticas, litúrgicas e outros momentos de oração, nas comunidades eclesiais, religiosas, no contexto de movimentos, associações e novas comunidades, não poderão ser espaço para o lançamento de candidaturas. Também não podem servir de instrumento para configurar apoio a discursos contrários aos valores do Evangelho.

É recomendável que, fora de espaços litúrgicos, sejam organizados encontros para "Diálogos sobre as Eleições 2024". Esses encontros podem receber candidatos, individualmente ou em grupo, configurando-se oportunidade para o amadurecimento das escolhas, de toda a comunidade.

Chamamos a atenção para o uso indevido da religião e religiosidade no debate político-eleitoral. É abominável o uso da religião na disputa eleitoral para a difusão de discursos de ódio, incentivo à violência, discriminação e quaisquer práticas que ferem a dignidade humana.



A experiência das últimas eleições – tanto no Brasil como em outras nações – tem demonstrado que é necessário ter um especial cuidado com o efeito nefasto da desinformação, no uso antiético dos veículos de comunicação, sejam as redes sociais digitais seja a própria imprensa, não necessariamente isenta como se propõe. Particularmente, as redes sociais mostram o seu potencial e podem constituir-se numa real e perigosa ameaça quando utilizadas para induzir os cidadãos ao engano. O próprio Senhor nos ensina que o diabo é o pai da mentira (Jo 8, 44) e que quem dela se serve não agrada a Deus.

A difusão de notícias fraudulentas (as chamadas fake news) exige, contudo, um cuidado ainda maior. Não é apenas nas redes sociais que elas se espalham. A imprensa exerce um papel inestimável na preservação da democracia. Deve-se, contudo, ter presente que uma agência de notícias tem seus próprios interesses. Daí a atenção necessária de não aceitar prontamente uma informação como verdadeira, sem antes informar-se e estudar sobre o assunto, sobretudo confrontando a informação com outras fontes de notícias.

Acima de tudo, não devemos compartilhar notícias espetaculosas. Cada um de nós deve assumir a responsabilidade de interromper a rede de mentiras e de difamação. Desconfiar daquelas informações que parecem exageradas e improváveis; buscar alternativas e comparar uma mesma notícia em mais de uma fonte são hábitos importantes para não nos deixarmos enganar.

Neste momento importante para a vida das cidades, diante da nossa missão evangelizadora, renovemos o compromisso de sempre anunciar o Reino de Deus, o que também significa trabalhar para o bem do povo, especialmente dos mais pobres.

Com apreço, unidos na alegria de sempre estar a serviço e em plena comunhão para o bem e para a paz, sejamos todos instrumentos na edificação de uma sociedade democrática, fraterna e solidária.

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2024.

*Vicariato Episcopal para Ação Social, Política e Ambiental
Setor Político*

Pe. Thiago Augusto da Costa Lopes – Vigário Episcopal

Prof^a Chyara Sales Pereira – Assistente Episcopal